

# Interferência do governo em estatais ‘é fatal para os investimentos’, diz Lazzarini, do Insper

Dúvidas sobre qual será a próxima estatal, empresa ou setor que será alvo dessas intervenções afugenta investidores, segundo professor

Por **Vinicius Neder** — Rio

27/03/2024 04h00 Atualizado há 2 horas

Presentear matéria



Sérgio Lazzarini, professor do Insper — Foto: Rogerio Vieira/Valor

A **interferência do governo em estatais ou companhias abertas** provoca incertezas entre os agentes econômicos, o que “é fatal para os investimentos”, disse Sérgio Lazzarini, professor do Insper, que estuda as relações dos governos com o setor privado. As intenções do governo de interferir na **gestão da Petrobras** afetaram o desempenho da companhia na Bolsa.

**Americanas: CVM rejeita acordo de quase R\$ 1,3 milhão proposto por Sergio Rial para encerrar processo**

**Negócio bilionário: Cade aprova fusão entre Arezzo e Grupo Soma, em acordo que envolve faturamento de R\$ 12 bilhões**

**Quais os riscos para a economia da interferência do governo sobre estatais e empresas abertas?**

O acúmulo de interferências com fins políticos ou populistas, como já vimos no passado, vai criando um crescente cenário de incerteza. Qual será a próxima estatal, empresa ou setor que será alvo dessas intervenções? E incerteza é fatal para os investimentos, o planejamento e a produtividade das empresas.

### **Não é normal que o governo dite os rumos das estatais?**

Tenho visto no debate público o argumento de que, por exemplo, a **Petrobras** é controlada pelo governo e, logo, o governo tem o total direito de exercer seu papel de controlador. E que o dito “mercado” quer apenas impor o que é melhor para ele. Tudo isso é uma leitura incorreta da situação.

As estatais, mesmo aquelas com controle majoritário estatal, são do estado, não do governo em exercício. Elas deveriam seguir o que é estabelecido na lei que norteou sua criação, no que é definido pelos seus estatutos, no que é disciplinado pelas leis corporativas cabíveis e no que é preconizado pelos órgãos de controle e regulação.

A estatal pode e deve seguir objetivos públicos e sociais, desde que ancorados em todo esse arcabouço institucional. As melhores estatais no mundo fazem isso, inclusive aquelas de capital misto e negociadas em bolsa. Se os objetivos são claros e institucionalmente ancorados, investidores privados percebem um cenário menos incerto para investir na estatal e no seu setor. E segue o jogo.

### **70 anos da Petrobras: conheça o navio-plataforma P-71**





26 fotos

### **Que outros problemas surgem quando o governo em exercício interfere numa estatal?**

Os governos em exercício preferem mandar diretamente nas empresas para contentar sua base política e a visão dos seus apoiadores. Não percebem, contudo, que eles próprios se prejudicam com isso. O governo atual e seus apoiadores defendem as atuais intervenções, mas certamente não irão gostar quando um novo governo com outra orientação ideológica assumir e intervir. Por exemplo, Bolsonaro vetou uma propaganda do Banco do Brasil que enfatizava e valorizava a diversidade na base de clientes. Esse tipo de intervenção personalista é evitado quando as estatais seguem objetivos de estado, com certa autonomia dos seus órgãos de gestão e governança.

### **Esse tipo de interferência ocorre em outros países. Há algo de particular no Brasil?**

Esse tipo de ação está se disseminando no mundo. Os políticos em geral descobriram que falar mal das grandes empresas e dos mercados pode render atenção e votos. E é generalizado no espectro político. (O ex-presidente americano e pré-candidato Donald) Trump também vive elegendo inimigos corporativos não só no exterior quanto nos EUA. Só que, em países com instituições mais fortes, há menos canais de intervenção e mais anteparos.

No Brasil, alguns remédios, ainda que imperfeitos, foram criados. A Lei das Estatais tentou criar mecanismos mais técnicos para indicação de gestores e foi acompanhada por ações de monitoramento das estatais. Só que, pouco a pouco, esses avanços vêm sendo corroídos (o governo questiona no STF parte da lei, aprovada no governo Temer).

**Compra da casa própria: Conselho curador aprova uso do FGTS  
Futuro por famílias de baixa renda**

**Nos EUA, é comum o modelo de corporação de capital pulverizado, o que transfere a interferência do dono para “o mercado”. Vale e Eletrobras se tornaram corporações. Pode dar certo por aqui?**

A princípio, o modelo pulverizado pode coexistir com o modelo de controle definido, mais comum no Brasil. Temos aqui um bom marco legal (a Lei das Sociedades Anônimas), a **CVM** (Comissão de Valores Mobiliários, o órgão regulador do mercado), associações de defesa de boas práticas de governança, como a Amec (Associação de Investidores no Mercado de Capitais, que representa fundos de investimento que, geralmente, têm participação minoritária nas empresas) e o IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), e um grupo de profissionais sérios e capacitados atuando como membros de conselhos.

O principal problema acaba sendo quando o governo, como um ator poderoso e de grande influência, decide fazer o que quer nessas empresas. Mesmo não havendo um controle definido, os acionistas podem querer se alinhar com o governo para colher benefícios ou evitar futuras retaliações. Novamente, isso cria incerteza e dificulta a atração de capital e os investimentos. Se o governo quiser avançar com algum tipo de política, que o faça pelas vias institucionais.